

## A EDUCAÇÃO NO BRASIL REPUBLICANO: DE 1889 A 1930

### META

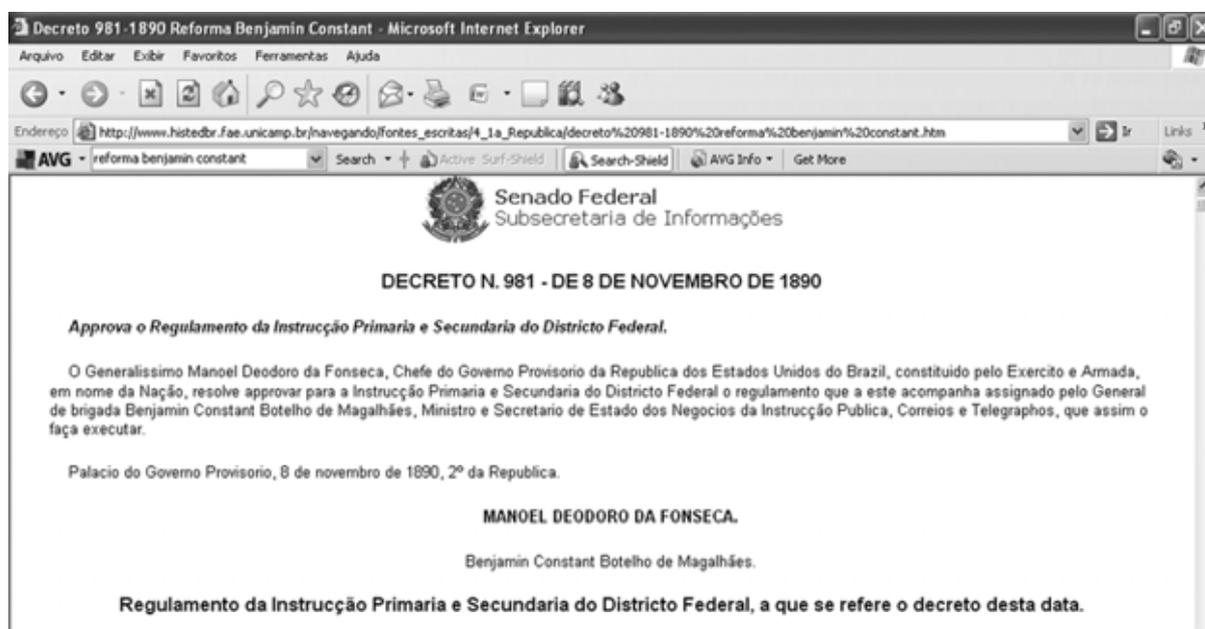
Apresentar o perfil da política educacional proposta para ser implantada na primeira fase do Brasil republicano.

### OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:  
reconhecer as características históricas e pedagógicas da política educacional implantada na primeira fase do Brasil republicano.

### PRÉ-REQUISITOS

A quarta aula.



Detalhe do texto digitalizado do Decreto nº 981/1890, que ficou conhecido como “Reforma Benjamin Constant” (Fonte: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>).

### INTRODUÇÃO

Acompanhamos, na aula passada, que os últimos 20 anos do Império foram marcados por questões sociais (dos escravos, eleitorais, políticas, religiosas, militares) que demonstravam claramente que o regime em vigor não mais atendia às aspirações de um setor importante da população do final do século XIX.

Para superar esse estado de insatisfação, várias forças se unem, se compõem, de tal maneira que, sob a liderança de elementos da camada média (sobretudo militares) e com o apoio significativo da camada dominante dos senhores do café, é proclamada a República em 1889.

Referindo a essa situação, Nelson W. Sodré observa:

De qualquer forma tornara-se evidente, ao aproximar-se o fim do século XIX, que o aparelho de Estado se tornara obsoleto, não correspondia mais à realidade econômica e política, transformara-se num trambolho. A República, quando altera aquele aparelho de Estado, traduz o problema: cai o Poder moderador, vai a vitaliciedade do senado, cai a eleição à base da renda, cai a nobreza titulada, cai a escolha de governadores provinciais, cai a centralização. O novo regime político permite a participação no poder, embora transitoriamente, da classe média, e há, com a mudança de regime, claramente, uma luta em torno da política tarifária e cambial. As reformas citadas, na realidade, traduzem o que se processa em profundidade. Não surgiram da imaginação dos republicanos da primeira hora: visavam, muitas vezes apenas na intenção, a atender a determinados fatores, que eram relativamente novos, que vinham em ascendência. Não surgiram do acaso, em suma.

Diante desse complexo quadro social, para um dos maiores pensadores da educação, na época, Rui Barbosa, passa-se a adotar o modelo norte-americano, pois era o mais adaptável ao “vastíssimo arquipélago de ilhas humanas que era o Brasil”. Portanto, descentralizar (uma das exigências do modelo educacional norte-americano, pois deveria atender às condições socioculturais de sua clientela) correspondia aos interesses tanto dos setores liberais da camada média, quanto da facção dominante dos senhores do café, que participava do processo.

É por essa razão que se instala, na organização escolar dessa primeira fase da República, uma dualidade, fruto da descentralização. De um lado, a União deveria legislar sobre o ensino superior, na capital da República, cabendo-lhe também criar instituições de ensino secundário nos Estados, e promover a instrução no Distrito Federal; e, por outro, competia aos Estados organizar os sistemas escolares completos.

## A FASE REPUBLICANA: SUAS FACES

Para alguns estudiosos dessa primeira fase republicana, é necessário que se apreenda a característica básica da organização escolar, desse período. De 1891 a 1894, esteve no poder da República o Marechal Floriano Peixoto que tenta fazer alguma mudança na orientação escolar. Percebe-se, então, a influência positivista no esforço de organização da escola, pois os princípios norteadores dessa mudança eram a liberdade e a laicidade do ensino, somando a isso a gratuidade do ensino primário e a intenção de tornar diversos os “níveis” de ensino “formadores” e não apenas “preparadores” para o nível superior.

Essa preocupação com o aspecto formador do aluno seria conseguido através do ensino da ciência, o que rompia com a tradição humanista clássica de predominância literária. A formação do aluno com base na ciência passa a exigir um currículo de ordenação positivista, centrado nas disciplinas: matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia e moral. Essa mudança se expressa melhor na oposição: formação humanista baseada na literatura versus formação humanista baseada na ciência. Como esse quadro foi alvo de severas críticas, o que realmente passou a vigorar foi o acréscimo de matérias científicas às tradicionais de humanidades, tornando o ensino enciclopédico. Até a década de 1920, assiste-se a um quadro de crise e desajustes do sistema de ensino. A série de reformas pelas quais passa a organização escolar revela uma oscilação entre a influência humanista clássica (de base literária) e a realista ou científica (de base positivista). Durante a primeira República (1889-1930), acumulam-se reformas que atingiram tanto o ensino secundário quanto o superior.

Em 1891, dá-se a reforma Benjamin Constant; em 1901, temos a reforma Epitácio Pessoa; em 1911, é a vez da reforma Rivadávia Correa; em 1915, Carlos Maximiliano faz também a sua reforma no ensino brasileiro; em 1925, acontece a reforma Rocha Vaz. Todas essas reformas (frustradas) representam tentativas de transformação, sobretudo do ensino secundário no país. Completa esse raciocínio, a observação de Gonçalves Antunho:

(o ensino secundário” que de início funcionava como curso exclusivamente destinado às elites, preparatório aos estudos superiores, sem estrutura e duração padronizadas, caracterizado sobretudo por cursos e exames parcelados, transforma-se em curso com objetivos próprios, com estrutura especial, seriado, com um número de anos rigorosamente determinado, com currículo fixo e válido para todos os estabelecimentos.

Em síntese, uma reforma, com base em determinado modelo, era vista pelas autoridades políticas e educacionais como solução para os problemas apresentados por outro modelo anteriormente implantado.

Enquanto isso se sucedia, os problemas reais se agravavam e, no dia-a-dia escolar, profissionais (professores) e alunos buscavam a solução que podiam e, assim, a improvisação tornava-se a regra.

Todo esse fracasso educacional registrado durante a primeira República se expressa nitidamente nesta passagem de Romanelli:

“A primeira República teve, assim, um quadro de demanda educacional que caracterizou bem as necessidades sentidas pela população e, até certo ponto, representou as exigências educacionais de uma sociedade cujo índice de urbanização e de industrialização ainda era baixo. A permanência, portanto, da velha educação acadêmica e aristocrática e a pouca importância dada à educação popular fundavam-se na estrutura e organização da sociedade. Foi somente quando essa estrutura começou a dar sinais de ruptura que a situação educacional principiou a tomar rumos diferentes. De um lado, no campo das idéias, as coisas começaram a mudar-se com movimentos culturais e pedagógicos em favor de reformas mais profundas; de outro, no campo das aspirações sociais, as mudanças vieram com o aumento da demanda escolar impulsionada pelo ritmo mais acelerado do processo de urbanização ocasionado pelo impulso dada à industrialização após a I Guerra e acentuado depois de 1930.”

## CONCLUSÃO

No corpo desta aula, observamos como alguns estudiosos (analistas) da educação brasileira se colocam diante do que se delineou, no começo da República, na tentativa de traçar uma política educacional estatal, isto é, financiada, sustentada e organizada pelo estado brasileiro. É dessa fase a realização dos primórdios da expansão da educação elementar.

O período da primeira República se caracteriza como uma fase de transição entre a educação limitada e o caminho de uma escola aberta para todos, pois o grande entrave foi abolido: a escravidão.

Esse reforço se reflete nas várias formas do ensino que se sucede até a metade da década de 1920.

Observe-se também que apesar de um conjunto de reformas educacionais sem êxito, que povoa as duas primeiras décadas do século XX, com o advento dos anos 20, surgem reformas educacionais com novas teorias e com as condições econômicas possíveis do país.

## RESUMO

Com o advento da República no Brasil, o panorama político e cultural promete mudanças radicais. De 1889 a 1930, costuma-se denominar de fase da primeira República ou República Velha. Nesse espaço de tempo, a organização escolar é marcada pela influência do positivismo. Esse é o espírito da reforma Benjamim Constant, que tinha como princípio orientador a liberdade e a laicidade no ensino, bem como a total gratuidade da escola primária.

Nesse contexto, vimos que duas preocupações centrais se vislumbravam nas intenções reformistas: 1) transformar o ensino em formador de alunos e não prepará-los para cursos superiores; 2) substituir a predominância do ensino de base literária pelo ensino de base científica. Essas intenções forma duramente criticadas, portanto, seguem-se várias reformas ao longo das duas primeiras décadas do século XX, com grandes êxitos de política educacional.

Na década de 1920, por ter sido marcada por um processo de mudanças políticas relevantes (Movimento dos 18 do Forte, Semana de Arte Moderna, Fundação do PCB, Revolta dos Tenentes, entre outras), aconteceram também reformas educacionais de maior abrangência nacional, preparando o clima inovador que emerge a partir da década de 1930.



## ATIVIDADES

Redija um pequeno texto demonstrando as características da educação proposta para a primeira fase do Brasil republicano. Mostre o texto a seu tutor e peça a ele que o aprecie.



## COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Essa fase da história da educação no Brasil é densa, por isso é preciso que se faça alguma leitura a mais do que, normalmente, se pede ao aluno, em classe. Para uma maior compreensão desse período histórico (1889-1930), convém, mais uma vez, recorrer à obra da Profa. Otaíza Romanelli, citada na bibliografia, pags. 41/46.



### AUTO-AVALIAÇÃO

Após esta aula, como me situo no espaço entre 1889/1930, sobre evolução do ensino no Brasil?



### PRÓXIMA AULA

Educação Nacional: de 1930 a 1964. Trata-se um período agitado politicamente, abrangendo a eclosão do Estado Novo (ditadura varguista), segunda guerra mundial, elaboração da primeira LDB, a fase desenvolvimentista e as vésperas da ditadura militar.

### REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Ed, 1966.
- PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1983.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Ed. USP, 1974.